A inscrição na bota do infante vista à lupa. A especialista francesa Béatrice Fraenkel declarou: «Estou pessoalmente convencida de que foi encontrada uma assinatura escondida nos Painéis»

contraproducente, tendo em conta o descrédito que tem toldado a Questão dos Painéis. É minha convicção que a perceção calculista e fria deste último facto tem potenciado o topete de múltiplos atores no caso.

A denúncia circunstanciada empreendida nestas linhas não teria cabimento caso a década e meia já decorrida sobre a publicação de **Os Painéis de Nuno Gonçalves** tivesse sido aproveitada para promover um debate honesto, tentando desbloquear uma situação incómoda e que ganha gravidade acrescida quando for reconhecido que a ocultação da evidência corresponde a defraudar os Portugueses de boas notícias a que têm direito. Face à situação presente de silenciamento continuado a denúncia é justa.

Transcrevem-se as declarações que o Professor José Alberto Machado proferiu para o documentário **Os Painéis de Nuno Gonçalves à Luz da Razão**. Elas ressoam com a autoridade que a cátedra de História de Arte na Universidade de Évora confere; demonstram também a coragem do seu autor que ao proferi-las se apartou, num ponto particularmente melindroso, do pensamento de grupo de muitos dos seus pares. Afirmou José Alberto Machado: **«E eu só tenho que lamentar, com toda a honestidade, que tenha havido alguma resistência no mundo académico e erudito, que preferiu encostar-se a teorias não direi mais fáceis, mas mais consagradas, do que enfrentar uma discussão intelectual aberta e profícua que eu teria saudado, porque se pretendemos que a História de Arte continue a ter foros de ciência tem evidentemente que adotar métodos de ciência, um dos quais é a credível e aberta adoção e discussão rigorosa de uma nova hipótese, que não deve ser rebatida com estereótipos ou com ideias feitas.**

Só posso desejar que quem tem obrigações institucionais neste país, a começar pelo próprio Estado, que guarda este penhor maior da memória nacional, não veja problema nenhum em efetivamente – ao contrário do que sucede na atual exposição do Museu de Arte Antiga [Primitivos Portugueses (1450-1550), o século de Nuno Gonçalves; organizada sob a égide da Comissão Nacional para as Comemorações do Centenário da República, decorreu entre novembro de 2010 e abril de 2011] **em cujo catálogo este problema é completamente omitido – reabrir a discussão, readmitir a nova hipótese, que me parece, aliás, extremamente validável e extremamente provável e que, certamente, não tirará nada ao mérito e à honestidade de muitos intelectuais que no passado se debruçaram sobre os Painéis e que poderá significar um avanço importante do saber, não só em termos de História de Arte mas, sobretudo, em termos de cultura portuguesa e em termos de reafirmação e documentação duma peça fundamental da memória nacional»**.

Os rostos e o espírito da Lisboa de 1445

Poderá, a um nível quase subconsciente, talvez, levantar-se resistência a reconhecer no políptico uma cena fúnebre? Mas, precisamente, não são alguns dos monumentos cimeiros da Arte Portuguesa – evoquem-se os túmulos de Pedro e Inês em Alcobaça e a Capela do Fundador na Batalha – exemplos de arte fúnebre? Será que o tom de celebração que nos habituámos a associar a esta pintura, que é um verdadeiro ícone da Era dos Descobrimentos, ficaria de alguma forma velado ao nela reconhecer o funeral cristão desejado para o Infante Santo? No entanto, a impossibilidade de fazer o luto por um ente querido na ausência do seu corpo, angústia de todos os tempos, dirá mais aos Portugueses de hoje do que o ato de solicitar a **«intercessão de São Vicente na Cruzada contra o Infiel»**.

Recearemos nós que na gesta de Marrocos o desastre de Tânger não valha a conquista de Arzila? Quereremos celebrar a partida e não a chegada? Porventura temer-se-á que o confinamento de uma capela de confraria possa tolher a vertigem do Oceano?

Mas, deverão o sonho e a confabulação – formas pouco sãs de se compensarem na alma portuguesa as limitações do tempo presente com a nostalgia da grandeza passada – impedir-nos de reconhecer na pintura, com a verosimilhança histórica que a razão permite, os rostos e o espírito da Lisboa de 1445, esses bem assentes na realidade? Certamente que não!

Hoje, mais do que nunca, tenhamos em mente o conselho dado em 1919 por António Sérgio (**A Conquista de Ceuta**, parágrafo final): **«Cumpre, porém, que saibamos reaver o sublime dom de pôr a clareza do entendimento – como os Infantes – ao serviço do *'talent de bien faire'* e da 'virtuosa bemfeitoria'»**.

Quando o fizermos, varridas as teias da confusão e do encobrimento, veremos finalmente os Painéis de Nuno Gonçalves rebrilharem à luz da razão.